

SESSÕES DO PLENÁRIO

22ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 23 de março de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES (1º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, David Rios, Eduardo Salles, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Tom Araújo, Vando, Vítor Bonfim, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó. (59)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra a deputada Neusa Cadore pelo tempo de 5 minutos.

A Srª NEUSA CADORE:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srªs Deputadas, Imprensa, taquígrafas, aqueles que nos acompanham pela *TV Assembleia*, nessa última sexta-feira foi inaugurada em Salvador uma nova Vara de Violência contra a Mulher. Portanto, temos agora na capital baiana a segunda Vara de Violência. Evento muito importante que se destaca entre tantos eventos e mobilizações que têm marcado o Março Mulher.

Por conta do protagonismo dos movimentos de mulheres, movimentos

feministas e de muitas instituições, as agendas deste mês aprofundam o debate e chamam a atenção para o desafio que se coloca para a sociedade contemporânea, no que diz respeito à construção da igualdade entre os gêneros.

Convivemos ainda, em pleno século XXI, com uma inaceitável tolerância e banalização da violência contra a mulher de todas as classes sociais inclusive, embora seja do conhecimento de que a mulher negra é aquela sobre a qual mais fortemente cai o impacto da desigualdade.

Nos últimos trinta anos, no Brasil, foram assassinadas 92 mil mulheres devido à violência doméstica. Mais de 40% mortas dentro de suas próprias casas. Por causa desses números, o Brasil ocupa o sétimo lugar entre os países onde mais mulheres morrem por conta da violência doméstica.

No mundo do trabalho, as mulheres têm remuneração em torno de 70% do que percebem os homens hoje. E, aí, quero fazer um destaque, porque, até bem pouco tempo as domésticas sequer tinham acesso aos direitos garantidos às outras categorias, e o agravante é que 17% das mulheres ocupadas estão nesse segmento. Sabemos que a autonomia econômica das mulheres seria uma forma muito importante de garantir o enfrentamento à violência.

As mulheres, no Brasil, representam 52% do eleitorado, mas apenas 10% das mulheres pelo voto têm acesso aos espaços de poder, seja no Executivo ou no Legislativo. Na Argentina, ainda no início da década de 90, conseguiu-se aprovar uma legislação garantindo no mínimo a presença de 30% das mulheres no espaços de poder, deputado Alex. E a Argentina ainda avançou. Hoje, 40% do Parlamento, em todas as esferas, são ocupados por mulheres.

Por isso, a nós interessa, particularmente, a reforma política, que é importante para a consolidação da democracia, mas que também para nós é muito importante para que avancemos. Estamos travadas. A cada eleição decepçionamo-nos, e na última esta Casa perdeu três cadeiras, deputada Luiza Maia, ocupadas pelas mulheres. E no Brasil, 26 deputadas estaduais, 26 espaços ocupados por deputadas estaduais. Tivemos com uma derrota da nossa luta, que tem sido travada com muita força e com muita insistência. Por isso, defendemos a reforma política que garanta a lista com nomes alternados, que garanta financiamento público de campanha para que a gente faça essa reparação. E que as mulheres, ocupando espaços de poder, colaborem para defender políticas que venham ao encontro da construção da igualdade, a exemplo das creches e dos equipamentos para o enfrentamento da violência, além da defesa da isonomia salarial entre os gêneros.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, questão de ordem, por favor.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do nobre Líder da Minoria, deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, a Bancada da Oposição, eu acho, como diversos deputados aqui tomaram conhecimento de uma nota que o Sr. Governador Rui Costa deu no *BahiaNotícias* na quinta-feira, se não me engano, ou sexta, dizendo que teve conhecimento de que a Bancada oposicionista estava chantageando-o em detrimento do aumento dos servidores desta Casa e ameaçando não votar.

Nós entendemos que ameaçar e chantagear daqui só pode ser V.Ex^a, que é o chefe do Poder, o chefe da Mesa Diretora, o que determina os pagamentos, assina os cheques ou não. Mas quero saber do senhor o seguinte: em nome da minha Bancada, se eu, como Líder, já o chantageei alguma vez ou tratei desse assunto com V.Ex^a. Se a minha Bancada o procurou para chantageá-lo ou tratar desse assunto. Porque a acusação que o governador fez à minha Bancada é muito grave! É muito grave! Ele disse que soube, através de uma informação, que nós o tínhamos chantageado na questão do aumento dos servidores. Então, quero saber do senhor: o Líder da Oposição já o chantageou em relação a esse assunto?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Meu querido deputado Sandro Régis, vou responder a V.Ex^a e também aos 62 deputados. Nenhum deputado, nem da Bancada do Governo nem da Oposição, já conversou comigo sobre esse aumento. Nunca pediu aumento, nunca cobrou aumento e nunca solicitou aumento - nenhum dos 62 deputados - ao presidente desta Casa.

O problema do aumento é da Mesa Diretora. É da Mesa Diretora. Eu apenas disse à Mesa Diretora que não tenho orçamento para dar aumento e que ia pedir uma suplementação ao governador.

Quero registrar que pedi aos 62 deputados - eu, nós que puxamos o assunto - que não estendêssemos o aumento da verba de gabinete para as Lideranças, as Comissões e a Mesa Diretora. E todos os 62 deputados apoiaram, diria à unanimidade, a solicitação do presidente da Assembleia.

Então, quero registrar que nenhum deputado, tanto da base do governo quanto da Oposição - não vou nem usar o termo chantagear porque seria uma coisa desnecessária -, nunca me cobrou, nunca me pediu o aumento.

(O deputado Sandro Régis fala fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Olha, o que o governador fala, o governador que responde por ele. Não vou aqui questionar o governador.

O Sr. Sandro Régis:- Claro!

E também quero aqui aproveitar para dizer que tenho certeza de que o Líder do Governo não usou dessa prerrogativa, não faltou com a verdade. Quando conversou comigo sobre esse assunto, eu falei: “Deputado Zé Neto, temos que escutar todos os deputados da Casa e o presidente para saber a realidade da Assembleia!”

Então, tenho certeza também de que o Líder do Governo não foi capaz de faltar com a verdade para o governador. Porque, deputado Marcelo Nilo, a Bancada da Oposição ficou extremamente indignada com essa afirmativa do Sr. Governador

do Estado para sair do foco dos aumentos absurdos da gasolina e dos 80 para 150 reais agora do Detran, querendo imputar à Bancada oposicionista uma acusação muito grave! É por isso que este Líder lhe faz essa provocação para que esta Casa e a Bahia saibam que a Bancada da Oposição jamais entrou nesse assunto com V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, o governador falou. Então, o governador é que tem de dar as explicações. Agora, quero apenas - e não estou aqui respondendo ao governador, estou respondendo a V.Ex^a - registrar que nenhum deputado... Pelo contrário. Os 62 deputados que eu pedi que não estendessem o aumento para as Comissões, o meu pedido foi atendido à unanimidade, inclusive na Presidência.

Agora, com relação ao aumento nunca um deputado cobrou do presidente. Aliás, não tem nem o que chantagear, porque não foi votado nenhum projeto do governo ainda.

Gostaria de concluir dizendo o seguinte: com relação a esse aumento, se fosse em dezembro, eu não consultaria o governador. Nós colocaríamos no orçamento, e o assunto estaria encerrado, como sempre fizemos. Mas no meio do ano só posso dar um aumento se o governo der a suplementação, porque não tenho recursos para isso. E já estou conversando com o governador, estamos negociando e temos certeza, deputado, que vamos chegar a um denominador comum.

O Sr. Carlos Geilson:- Aumento para os servidores dos gabinetes...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não é aumento para os deputados, não. É aumento da verba de gabinete e, conseqüentemente, para os Srs. Servidores.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o deputado Alex Lima pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ALEX LIMA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, funcionários desta Assembleia, telespectadores da *TV Assembleia*, Galerias Paulo Jackson, venho a esta tribuna com muita alegria comemorar a apresentação da última sexta-feira, na UPB, dos consórcios públicos de saúde.

Quando o Secretário Dr. Fábio Vilas-Boas veio à Casa fazer a apresentação numa audiência pública da Comissão de Saúde, deputada Neusa, tivemos a oportunidade de conhecer esse modelo inovador que tem dado muito certo no Estado do Ceará. Disse então ao secretário e continuo reafirmando que foi uma atitude muito corajosa deste governo tratar assim uma questão tão sensível como a saúde, pois sabemos que, talvez junto com a segurança pública, seja a maior queixa e o setor onde os baianos encontram maiores dificuldades.

Portanto, quero parabenizar o governador Rui Costa e o secretário Fábio Vilas-Boas pela coragem de, ainda nos primeiros meses do governo, apresentar uma proposta tão arrojada e tão importante que espero que ajude a resolver parte dos problemas que o nosso Estado enfrenta na área da Saúde.

É comum para aqueles que têm base no interior, como eu, que tenho base na microrregião de Esplanada, naquela macrorregião de Alagoinhas, deputado Joseildo

Ramos, encontrar com ônibus de saúde e carros de casa de apoio, isso numa região relativamente perto. Imaginem as pessoas do Oeste ou do Extremo Sul as dificuldades que têm nesse deslocamento para conseguir acesso aos serviços de saúde!

Então, realmente parablenizo este governo pela coragem de enfrentar de uma maneira muito arrojada uma situação tão delicada.

Mas, deputado Jânio Natal, queria pedir, solicitar a este governo que o secretário avaliasse junto com o governador a possibilidade, assim como no Estado do Ceará, de que a gente faça a pactuação com 60% dos recursos por parte do Estado e 40% por parte dos municípios. O que o governo propõe é que os 40% sejam custeados pelo Estado e os 60%, rateados pelos municípios.

Compreendo que a situação financeira do Estado não é boa, a gente sabe. E a situação do nosso País, estamos no meio ou até começando uma grande crise. Mas essa crise, essas dificuldades não são apenas do Estado ou da União. Os prefeitos estão cada vez mais argolados, deputado Carlos Geilson! Os prefeitos já não aguentam mais! Muitos deles falam até em atrasar a folha. O nosso pacto federativo já é muito injusto, deputado Bobô. O nosso pacto federativo já prevê que os maiores volumes arrecadados fiquem para a União e os Estados, prejudicando os municípios.

Então, o meu apelo nesta tarde de hoje, Sr. Presidente, é para que a Secretaria da Saúde do Estado e o governador Rui Costa avaliem a possibilidade de auxiliar ainda mais esses municípios, que já serão ajudados com a regionalização, mas que possa diminuir um pouco as pesadas cargas que os municípios enfrentam. É desumana a situação. E se você conversar com um prefeito hoje, é uma situação extremamente preocupante, eles estão desanimados e desiludidos por causa da queda da receita. Eu sei e entendo, deputada Luiza, que afeta também o Estado, mas, para pagar conta, o Estado tem uma condição muito melhor de assumir a maior parte desses custos do que os municípios que enfrentam, talvez, sua pior crise.

Então, eu queria convidar esta Casa para fazermos esse encaminhamento para o Sr. Governador e para o secretário da Saúde e que se possa avaliar a possibilidade, deputado Reinaldo, de fazer a distribuição de maneira mais justa. O Estado custearia 60% e os 40% seriam divididos entre os municípios.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Jânio Natal por 5 minutos.

O Sr. JÂNIO NATAL:- Sr. Presidente, demais Deputados e Deputadas, venho a esta tribuna pedir, implorar aos deputados da Bancada do Governo do Estado da Bahia, assim como ao presidente desta Casa que nos ajude a resolver um grave problema no município de Porto Seguro. De vez em quando, principalmente na alta estação de turismo, o município de Porto Seguro, terra onde nasceu o Brasil, é

surpreendido com o despejamento de dejetos da rede de esgoto para as praias e para os rios daquele município. Não é admissível um município como Porto Seguro ter que encarar tal problema, já que traz sérios prejuízos não somente para a saúde da população mas também para o meio ambiente daquele querido e rico município.

Então, eu venho aqui minhas amigas e meus amigos, deputadas e deputados desta Casa, pedir que nos ajude. Vamos dar as mãos para que não venhamos a sofrer pela falta de sensibilidade da Embasa, que é a verdadeira responsável pela gerência desse esgoto em Porto Seguro.

Sr. Presidente, eu gostaria de falar também sobre a segurança do município de Porto Seguro, principalmente nos distritos de Arraial D'Ajuda, Trancoso, Vera Cruz, Pindorama, Vale Verde, Agrovila e também de todos os bairros do município.

Não podemos admitir que um municípios como Porto Seguro, terra-mãe do Brasil, venha sofrendo diariamente com a falta de segurança. Hoje os distritos de Porto Seguro, a exemplo do Arraial d'Ajuda, Trancoso, Vera Cruz e Pindorama, não têm qualquer assistência plausível de uma segurança decente para a população. Sofrem a população e também os turistas de Porto Seguro.

Como é que se admite, deputado Fábio Souto, um distrito como Arraial d'Ajuda, com mais de 20 mil habitantes, dia de feriado, sexta, sábado e domingo não ter delegacia aberta para prestar queixa ou para denunciar algo que esteja ocorrendo, como furtos, roubos ou até dos homicídios absurdos que acontecem no Arraial, Vera Cruz, Trancoso, Pindorama e Vale Verde?

Então, venho aqui pedir ajuda aos meus colegas deputados, principalmente àqueles que são da Bancada do governo, para que nos ajudem a resolver a questão da segurança do município de Porto Seguro.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Marcelino Galo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente, nobres deputados e deputadas, servidores, senhores das Galerias, na última sexta-feira, nós, da Comissão de Direitos Humanos, com a presença expressiva de deputados desta Casa, realizamos a primeira sessão itinerante, ou seja, uma audiência pública naquele território com sede em Jequié, com a presença do comando da Polícia do Sudoeste, da coordenação da Polícia Civil em toda a região, com a participação de quase todas entidades vinculadas aos direitos humanos, à Pastoral da Criança e do Adolescente, da Pastoral Carcerária e com a presença massiva da comunidade local. Na ocasião, tivemos a oportunidade de fazer um diagnóstico, com a participação da comunidade, das questões cruciais relativas aos direitos humanos e à segurança pública na região.

Claro que a Comissão tem um diagnóstico do Estado, nós sabemos das dificuldades, mas nada mais correto do que se deslocar até essas regiões para ali

ouvir, principalmente, a comunidade.

Isso foi realizado de forma, inclusive, inusitada, quanto ao método de trabalho: falava uma autoridade e logo após falava um representante da sociedade, com tempos iguais, e ali se teve a oportunidade de aprofundar temas. Discutiu-se a questão carcerária, que é grave naquele município, discutiu-se os índices de violência, a ação policial.

Foi uma sessão concorrida e que nos deixa satisfeitos com o trabalho que foi feito, quando ali, também, o comandante da Polícia Militar, de forma paciente, democrática, pedagógica, ouvia os reclamos em relação à ação da Polícia, principalmente na abordagem que a Polícia tem feito naquele município.

Então, eu acho que esse trabalho tem que ser aprofundado, e com certeza nós vamos, no próximo mês, realizar na região do Recôncavo, tendo como sede a cidade de Santo Antônio de Jesus, para que a gente prossiga nessa atividade.

E na sessão de amanhã nós vamos ter uma audiência pública conjunta, com a Comissão de Combate ao Racismo e Igualdade, desta Casa, e vamos discutir uma questão candente do nosso tempo, que é o alto índice de morte, o alto índice de violência, principalmente na juventude, com recorte geracional e com recorte também racial, porque 68% dessas mortes de índices alarmantes são, principalmente, de jovens negros.

Então, a ação não é só policial, como também a guerra que se instala, principalmente onde esses jovens, que são arregimentados para atividades ilícitas, principalmente para serem usados no tráfico de drogas, e que pagam de forma grave com as suas vidas, pagam com a reclusão, porque a maioria da população carcerária também é de jovens.

De forma que vamos ter a oportunidade, e gostaria de contar com as Excelências aqui presentes, para que a gente possa aprofundar essa questão da juventude, da violência, dos direitos humanos, principalmente nesse segmento, que são mais de 50 milhões de brasileiros, ou seja, 25% da nossa população, que é de jovens.

Era isso, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra, por permuta, o deputado Fábio Souto pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Imprensa do nosso Estado aqui presente, quero iniciar a minha fala dizendo que vou encaminhar um requerimento a esta Mesa pedindo a planilha que gerou esse aumento da inspeção veicular.

Vejam bem, meus amigos, minhas amigas, deputados e deputadas, essa inspeção veicular, que é feita em carros que têm acima de 5 anos, passou, no Detran, de R\$35,10 para R\$80,00, uma inflação aí de quase 120%. Eu faço esse

requerimento, Sr. Presidente, para entender a planilha, item por item, que, efetivamente, originou um aumento desse vulto.

Todos nós aqui, eu tenho certeza, deputados de governo, deputados de Oposição, estamos curiosos para saber quais foram os critérios do Detran do nosso Estado para dar um aumento de quase 120%, num momento de crise, momento em que os alimentos estão subindo; agora tivemos o aumento do ICMS estadual, que originou o aumento de até 0,12 centavos no preço da gasolina, vamos ter agora aumento dos remédios em mais de 3%, na segunda quinzena; vamos ter aumento, nesse mês, e esse aumento já aconteceu em alguns estabelecimentos de algumas padarias, de 10% do preço do pão francês. E ainda, pasmem os senhores, este mês vamos ter outro aumento de energia elétrica no nosso Estado. Tivemos um aumento de energia no mês passado e vamos ter outro agora dado pela agência local de energia elétrica do Estado da Bahia.

É um momento de crise econômica e observamos que estamos tendo uma inflação nacional que chega ao nosso Estado, mas há uma inflação também originária do Estado. Esse aumento da gasolina vai ser um aumento exclusivo do ICMS do Estado da Bahia, aumento esse que vai chegar até 12 centavos. Um aumento desse vulto vai acontecer exclusivamente no Estado da Bahia de 35 para 80 reais chegando quase ao montante de 120%.

Então, observamos que temos uma inflação nacional e o Estado está criando uma inflação local que se junta à inflação nacional. É um momento para reflexão. Acho que nós como deputados eleitos pelo povo temos o dever de questionar o governo do Estado sobre esses aumentos, pelo vulto, pelo tamanho dos mesmos, e solicitar ao governo do Estado que reflita, porque esse aumento poderia ser parcelado, esse aumento tinha que ser menor, claro que tinha que ser menor! A população não aguenta um aumento desse. Mas, logicamente, qualquer aumento que tivesse que ser dado, teria que ser parcelado esse ano, no ano que vem e no outro ano.

Então, faço um apelo para que esses aumentos sejam revistos porque, efetivamente, estão atingindo de maneira muito forte a população do Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Robinho):- Com a palavra o deputado Adolfo Menezes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente. Sr^{as} Deputadas Fabíola e Luiza Maia, Srs. Deputados, gostaria de parabenizar V.Ex^a, deputado Fábio, pela iniciativa desse requerimento. Tenha certeza, deputado, que se passarmos um pente fino na questão dessas empresas de vistoria, não vai sair coisa boa, ouviu? porque as coisas que foram criadas, que foram dadas, que foram vendidas, é o que se falava na Bahia inteira, a maioria dessas empresas de vistoria não vai sair coisa boa. Se fosse feita

uma CPI eu acredito que teríamos problemas gravíssimos.

Então, Jaques Wagner o governador da época, sabia o que estava acontecendo no Detran da Bahia, tanto é que foi mudado, deputada Luiza Maia, pelo que estou sabendo, quase toda...

O Sr. Fábio Souto:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Pois não, deputado.

O Sr. Fábio Souto:- Subiu de R\$35,10 para R\$80,00 no Detran, mas nas autorizadas já estão cobrando R\$120,00, R\$130,00.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- É uma máfia instalada. Sei o que estou falado, pode ter algumas exceções, mas se for criada uma CPI sobre como foram concedidas essas empresas de vistoria não vai dar coisa boa. Então, V.Ex^a está de parabéns.

Espero que esta Casa atenda esse pedido. V.Ex^a tem todo direito, como qualquer um dos deputados desta Casa, a essas informações, informações reais, sem enrolação. É injustificável que numa época dessa em que o Brasil passa pelas maiores dificuldades, você entregue a essas empresas que é uma máfia, deputada Luiza Maia, dentre tantas... Porque se for feita uma CPI não sei se vai ter cadeia para caber tanta gente.

Então, V.Ex^a, deputado Fábio, está de parabéns.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Robinho, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ROBINHO:- Boa-tarde a todos e a todas.

Amigos, deputados, presidente desta sessão, quero trazer uma notícia triste e complicada sobre algo que vem acontecendo no Extremo Sul da Bahia. Proprietários rurais, donos de fazendas, produtores rurais têm sofrido com falsos índios, principalmente na região de Porto Seguro e Itabela. Propriedades com grande produtividade na área de pecuária têm sido invadidas por pessoas que se fazem passar por índios e que, na realidade, nunca foram índios.

Tenho aqui várias notícias de *sites* locais, inclusive o *site Clic101*, relatando que 20 indivíduos armados, em cinco veículos, invadiram uma propriedade localizada no quilômetro 780 da BR-101, nas imediações do povoado de São João do Monte, popularmente conhecido como Montinho.

E o mais estarrecedor é que recebi da associação dos produtores rurais da região um relatório com vários boletins de ocorrência. Invadiram fazendas e roubaram 60 bovinos em uma; em outra, 31; em outra, 79; em outra, 600 cabeças de gado; em outra, 40 bovinos. Fazenda Pouca Notícia, 12 bovinos; Fazenda Bom Jardim, sete; Fazenda Alto Formoso, 31; Fazenda Barreirinha, 40; Fazenda Cachoeirinha, 60 bovinos. Sem falar de tratores, maquinários, sal mineral, ração e cavalos.

É uma quadrilha organizada que está agindo naquela região. O presidente da associação dos produtores rurais da região, o Sr. Celso Cipitelli, entregou essa documentação ao governador Rui Costa.

E quero pedir aos colegas, a esta Casa e à Presidência desta Casa que deem uma atenção especial a esse caso. Porque se isso não tiver punição, onde vai chegar? O meu amigo deputado Augusto Castro conhece esse problema na região de Itabuna, Buerarema, onde isso aconteceu e virou rotina.

Então, amigos, queria pedir a ajuda de V.Ex^{as} em nome desses produtores rurais, em nome da moralidade, da seriedade, em nome daqueles que trabalham e que, com seu suor, sustentam sua família. São pessoas que nasceram na roça, não são proprietários de grandes propriedades, são pequenos proprietários.

E são falsos índios que estão invadindo. Se fossem índios querendo ocupar a sua área, a sua terra, a terra historicamente de sua propriedade, teríamos todo o respeito, mas o que está acontecendo é uma quadrilha usando o nome dos índios para a apropriação de bens de pequenos produtores rurais.

Conto com o apoio desta Casa para que possamos ter um agendamento com o secretário da Segurança Pública, com o governador do Estado, para que esse problema seja, se não solucionado, pelo menos minimizado.

Muito obrigado a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o nobre deputado Pablo Barrozo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PABLO BARROZO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Galerias, Imprensa, nossa querida deputada Fabíola Mansur, quero parabenizá-la pelo excelente trabalho que tem feito à frente da Comissão da Mulher.

Quero citar um fato triste que foi o falecimento do Dr. Geraldo Nunes. Farei uma moção amanhã. Ótimo advogado do Oeste da Bahia, reconhecido, e deixa duas filhas Jéssica e Ananda e a esposa Niedja. Infelizmente, veio a falecer hoje pela manhã, quero deixar registrado aqui.

Sr. Presidente, o que me traz a esta tribuna nesta tarde é um pouco da reflexão que fiz nesse final de semana sobre o posicionamento do Exm^o Governador do Estado Rui Costa, por falta de argumento ou talvez não tendo o que fazer, porque um Estado tão importante como o nosso realmente tem muito o que fazer, mas parece que ele está um pouco perdido. Veio a dizer que os deputados de Oposição precisam estudar mais. Estávamos aqui na semana passada e semana retrasada mostrando aos eleitores, à população em geral e aos deputados, que esse aumento de 27 para 30% de ICMS sobre a gasolina é um aumento grande e maior ainda para o momento econômico que vivemos.

As refinarias, as distribuidoras sabiam desse aumento de 30%. E, na sexta-feira, à noite, ele tomou a decisão de colocar os 28%. E eu lhe digo, a lei é muito

clara, fala do aumento de 28%, mas que tem o fundo de pobreza que foi aprovado, salvo engano, nesta Casa em 2009, 2010. Ele tomou essa decisão, não teve a humildade de dizer que o aumento seria de 27 para 28%, porque ninguém vai comemorar aumento, mas quis colocar isso na conta dos deputados de Oposição, deputado Fábio Souto, V.Ex^a que tem encampado essa bandeira de forma bem eficaz, combativa, clara, veio a dizer que o aumento era de 28 e não 30%.

Hoje, os postos estão comprando gasolina a 30% e aí recebi diversas notas fiscais de postos recebendo a 30%. Só que, no sábado, o governador decidiu e repassou para as refinarias e as refinarias passaram hoje a notícia para os postos, que realmente serão 28%. Ele toma a decisão, quer botar no colo dos deputados de Oposição que estão aqui a fiscalizar, fazendo a sua obrigação e o governador não assume. O importante é que haverá aumento de 27% para 28%, um aumento de 3 centavos. Hoje, está se cobrando 10, hoje está se fazendo 30, porque não sei se a assessoria dele não estuda ou ele não estuda, e aí houve um problema na lei, de 28, esqueceram o fundo de participação, cobraram 30 hoje e agora vão ter que voltar atrás. O governador, sábado, disse que o negócio estava feio, não vamos fazer 30 não, vamos fazer 28. E eles acham que os 3 centavos não são nada, é muito dinheiro no final das contas.

Quero mandar um recado para o governador: trate de trabalhar, não seja pautado, faça um projeto, faça um planejamento, tenha um governo de planejamento. Não estou na Oposição para pautar V.Ex^a, mas infelizmente nós, da Oposição, estamos pautando seu trabalho. Então, não venha aqui jogar com a imprensa, ficar brincando de quem sofre menos porque o prejuízo está no bolso do consumidor e o aumento foi de 27 para 30. Hoje está sendo 30, as distribuidoras de petróleo já falaram para os postos de combustíveis que irão rever esse lucro, vão devolver o dinheiro, que passará a ser 28. O importante é que há o aumento e num momento difícil.

Assim, como esse aumento, e aqui citou bem o deputado Fábio Souto, que me antecedeu, que no Detran, existe uma máfia, não sei quem em condições normais vai aceitar um aumento de 120, 130%, neste momento por que passam o Estado da Bahia e o País.

Quero pedir ao governador um pouco mais de sensibilidade e de humildade. Desejo que ele aprenda com a presidente Dilma Rousseff e diga: “Eu sou humilde.”

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. Presidente (Adolfo Menezes):- Grande Expediente.

Com a palavra a deputada Fabíola Mansur pelo tempo de 25 minutos.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Boa-tarde a todos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Galerias Paulo Jackson, imprensa,

servidores e servidoras, o que me traz, aqui hoje, é para falar da saúde mais uma vez, deputado Reinaldo Braga. Mas, desta vez, trazemos otimismo em relação ao que tenho observado dentro da Comissão de Saúde, em reunião com o governador Rui Costa e com o secretário Fábio, na apresentação dos consórcios de saúde.

O nobre deputado Alex Lima, que me antecedeu, também fez a defesa desses consórcios. É preciso que nós, Base do Governo e Oposição, tenhamos a certeza de que esses consórcios de saúde signifiquem, sim, mais verbas para a saúde; podem significar, sim, a regionalização, deputado Carlos Geilson, da saúde, que é defendida e necessária.

Todos nós sabemos do subfinanciamento do SUS. Nós sabemos que os municípios são os que mais sofrem quando, apesar de terem obrigação constitucional de investir 15% na saúde, estão investindo 22%, 23%, alguns até 28%. E mesmo investindo 28%, estão penando, porque não conseguem dar, à população, as ações de média e alta complexidades.

Nós temos demandas para consultas com otorrino, oftalmo, urologia, endocrinologia. Temos demandas para tomografia, ultrassonografia e mamografia.

E esses mesmos municípios têm, infelizmente, de colocar seus munícipes em ambulâncias para ir atrás desses atendimentos em outros municípios, nas sedes das microrregiões, das macrorregiões ou mesmo para a capital ou para os grandes centros.

Não é possível que tenhamos PPIs – que nada mais são do que a verba pactuada entre os municípios e colocadas muitas vezes nos municípios sedes – para que serviços sejam ofertados. O que não acontece.

Ora, o que são os consórcios de saúde?

Projeto enviado para esta Casa com ordenamento jurídico próprio. São consórcios que visam a racionalizar os custos com saúde, fazendo com que otimizemos esses investimentos, tanto na contratação de pessoal, quanto na identificação da vocação de cada um dos nossos serviços, quanto na administração, não só na criação de policlínicas. Deputado Gika, serão 28 policlínicas, dentre as quais só haverá 10 policlínicas de 2015 para 2016, deputado Rogério.

Nós sabemos disso: eu como médica e, pela primeira vez, deputada. Mas V.Ex^{as} sabem qual é a demanda para se conseguir uma série de exames de especialidades que não se tem para onde mandar. Isso é gerado em todo País.

Quando se amplia a atenção básica, oferece-se, obviamente, à população serviços de prevenção e promoção à saúde em diabetes e hipertensão. Por causa disso, são, também, geradas demandas, deputado Fábio Souto. Não há exames especializados, assim como não há consultas com especialistas, exames especializados de média complexidade, porque, praticamente, não existe a rede no interior do Estado.

Em função disso, os hospitais da capital e dos grandes centros ficam sobrecarregados, como os de Feira de Santana e de Vitória da Conquista. É um vai-

volta de ambulâncias. As filas são homéricas! Muitas vezes, uma mamografia poderia evitar uma cirurgia extremamente mutiladora para uma mulher com câncer de mama. Uma consulta com um oftalmologista poderia evitar um glaucoma mais avançado.

O governo Rui Costa cria, com essa iniciativa, uma nova ferramenta para resolver esse problema. Deputado Reinaldo Braga, V.Ex^a, que é médico, sabe o quanto nós temos de escassez desse serviço.

Nós, deputados, quando estimulamos a organização desses consórcios, através de conversas com nossos prefeitos, na verdade, precisamos entender de onde vem esse dinheiro, que é novo. Primeiro, o consórcio otimiza custos; segundo, o consórcio traz resolutividade. Porque não adianta dizer que estou gastando 28%, mas não estou resolvendo o problema da minha população, que tem uma fila enorme. O consórcio traz agilidade na contratação e, aí, com a nossa preocupação, sem precarizar os vínculos trabalhistas. É possível contratar diretamente pelos consórcios médicos, enfermeiros, profissionais de saúde, pessoal de administração, técnicos, que vão conseguir dar conta disso. É possível fazer compra compartilhada de medicamentos.

Fora isso, o que temos? Vamos ter o governo do Estado investindo R\$ 12 milhões na construção das policlínicas e, também, bancando 40% do seu custo, hoje, estimado, deputado Luciano Ribeiro, em torno de R\$ 600 mil a 700 mil.

É verdade que o Estado poderia bancar 50%? Bom, é uma coisa que quando chegar a esta Casa poderemos propor que seja mais equitativa. Mas de onde virão os recursos? De qualquer maneira, esses 40% são dinheiro novo que está sendo investido.

A resolutividade dos consórcios garantirá, também, que não superlotemos os hospitais. Hoje, a saúde precisa de hierarquização. A hierarquização depende de termos uma boa atenção básica, se possível com 100% de cobertura, garantir exames e especialidades, para que o hospital receba os casos de alta complexidade: os internamentos, os partos de alto risco, os traumas, enfim, o que cabe a um hospital fazer. O que está acontecendo é que, hoje, pequenas coisas estão sendo atendidas no ambulatório dos hospitais, tirando a vaga de uma pessoa que poderia estar lá, tendo seu leito.

Estive, como membro da Comissão de Saúde, na reunião que foi feita na UPB e havia lá 70 prefeitos. Até pelo desconhecimento, há um medo dos prefeitos de não ter os 60% da contrapartida dos consórcios. Os 60% dessa contrapartida serão rateados entre cada município proporcionalmente de acordo com o tamanho de cada um. É bom lembrar que, na Bahia, temos mais de 70% dos municípios com apenas 20 mil habitantes que não têm condições nem de manter hospitais municipais. Não é que esses hospitais vão fechar, mas precisamos identificar a vocação desses hospitais e trazê-los para o consórcio, fazendo a gestão compartilhada. Esses pequenos municípios, Sr. Presidente, não têm condição alguma de garantir assistência nessas especialidades, ou quando têm isso significa um alto custo. Quando têm, dependem de ajuda de programas do governo federal, dependem da oferta de serviços. Nem sempre há médicos especialistas no município.

De forma que o consórcio é uma nova ferramenta, que tem 40% do Estado, coisa que não tinha antes; 60% cotizado entre os municípios. E V.Ex^{as} vão perguntar: de onde virão esses 60%, além da cotização? Temos as pactuações, as PPIs, que não funcionam. Há municípios que colocam R\$ 100 mil, R\$ 200 mil num determinado município sede e que não recebem, não é marcado exame de tomografia, nem nada. Então, com essa revisão da PPI já virá o dinheiro para encaixar nesses 60%. Uma outra coisa, quando se economiza na compra de remédios e contratação já virá uma economia para esses 60%.

É um sistema de consórcio que vai ser gerido de forma autônoma pelos municípios, mas a verba vai sair, obviamente, de uma retenção na fonte do ICMS que caberia para cada município, com o limite de até 10%. Isso é importante que fique claro. Porque tem muita gente perguntando: mas eu vou investir mais 10%? Não! Se cada um nessa microrregião, organizado com as suas prefeituras e seus secretários de Saúde, identificar o custo – R\$ 600.000,00, R\$ 700.000,00 – e observar o que cabe para cada município, vão ser revistas as PPIs! Muitos municípios podem até ter uma redução daquilo que investem com maior resolutividade.

É isso que é importante exaltarmos aqui! É importante que todos os deputados que tenham essa compreensão, deputado Adolfo Viana, defendam isso, porque é dinheiro novo para a saúde. Toda as vezes que houver dinheiro novo para a saúde, eu estarei defendendo. Todas as vezes que houver dinheiro novo para a saúde e que os municípios conseguirem ofertar serviços sem precarizar vínculos trabalhistas, eu estarei defendendo.

Esses consórcios, obviamente, serão grandes policlínicas. O munícipe não poderá marcar diretamente, mas elas serão 100% reguladas, a demanda virá dos postos de saúde de atenção básica e cada município terá a sua cota. Essa é uma ferramenta que já acontece no Ceará. Esse modelo vem do Ceará. O ex-deputado João Ananias está aqui assessorando o secretário Fábio Vilas Boas, que está repetindo esse modelo. Para vocês terem uma ideia, há consórcios que têm superavit. Ainda que não seja interessante ter na saúde superavit de alguns milhões, significa que há uma viabilidade financeira.

O consórcio de saúde é, sem dúvida nenhuma, uma ferramenta nova num vazio assistencial para a média complexidade. Não temos como ofertar especialidades; não temos como ter em pequenos municípios um oftalmologista, um otorrinolaringologista, um ginecologista. Muitos municípios grandes têm. Qual é a vantagem para o grande município? Ele também está assoberbado de encaminhamentos que o pequeno município está mandando ou está assoberbado de modelos que burlam, vamos dizer assim. Alguns prefeitos, não sabendo o que fazer, criam casas para tirar cartões do SUS num determinado município para que as pessoas saiam de um para o outro.

Então, essa é uma forma de resolver isso. O consórcio de saúde é, hoje, uma ferramenta com a qual estou otimista. Estou defendendo e convidando todos os deputados a conhecer o consórcio de saúde, para que eles possam explicar aos

municípios. A Comissão de Saúde e Saneamento, deputado Augusto Castro, membro da comissão que é tão ligado à saúde de Itabuna, visitará, no dia 27 de março, os municípios de Fortaleza e Aracati, para conhecer mais ainda.

É importante, no que diz respeito à saúde... Quando fiz o nosso primeiro pronunciamento, disse: “Gente, na área de saúde, vamos-nos unir, vamos fazer um pacto pelas convergências”. Sem dúvida nenhuma, cabe a nós, agora, entender o que são os consórcios, estimular a sua formação e a sua organização nas nossas regiões e ver como funcionam. Se puder ser 50/50, ótimo, eu vou defender, mas, de qualquer maneira, teremos um incremento de 40% e uma policlínica de R\$ 12 milhões, deputado Reinaldo Braga. Serão 28 policlínicas! Onde vão ser essas policlínicas? Obviamente, em tese, nas microrregiões. É lógico que ainda vamos descobrir qual é a vocação de cada uma dessas regiões, mas, sem dúvida nenhuma, essa gestão compartilhada racionalizará custos.

Eu gosto sempre de dizer: falamos muito da falta de acesso, da falta de dinheiro para credenciar de forma universal... Vou dar um exemplo para vocês: recentemente, tivemos aqui os optometristas com um projeto de regulamentação de sua profissão, o qual foi encaminhado por dois deputados desta Casa. Contudo, as matérias que regulamentam profissões são de competência da União. Fora esse erro extremamente grande, acreditamos que a optometria existe para a conferência de óculos, para o gerenciamento de estabelecimentos óticos e para ações de prevenção de saúde ocular, mas ainda não é regulamentada no nosso País.

Ela não é regulamentada, mas o problema não é só esse! Muitos optometristas realizam uma outra coisa, a venda casada. Eu não sei se vocês já viram, mas, muitas vezes, quando vamos às óticas, nos oferecem o exame de graça, se fizermos os óculos. Essa é a venda casada.

Há uma outra coisa. Nós temos já vários pareceres de todas as comissões do Senado Federal e da Câmara de Deputados. Temos, também, o parecer do Superior Tribunal de Justiça, quando fala através da portaria.

Por que estou falando isso e “lincando” com o consórcio de saúde? Porque temos de oferecer oftalmologia para a população. Uma consulta pelo SUS com o oftalmologista custa R\$ 10,00. Esse é o valor de uma consulta médica! Estamos falando de saúde ocular! Estamos falando de casos de cegueira por erro de diagnóstico ou por mal diagnóstico. Não podemos fazer o exercício ilegal da medicina!

Aqui, não se trata de nenhum corporativismo, porque eu sou uma mulher que dediquei uma vida inteira à promoção de saúde ocular, deputado Reinaldo Braga. Sei que a optometria pode atuar em algumas áreas; e em outras áreas, não.

Não podemos, equivocadamente, nesta Casa, defender o indefensável! Defendemos todos os baianos. Defendemos a saúde.

Deputado Adolfo Viana, o senhor disse que iria se apoderar, vamos dizer assim, dos fatos, para poder julgar.

A Portaria nº 397/2002 é do Ministério de Estado do Trabalho e Emprego.

A portaria – que diz que os optometristas podem realizar exames, fazer acuidade visual, medir pressão ocular e adaptar lentes de contato – foi declarada inconstitucional em 2013 pelo Superior Tribunal de Justiça.

Vou encaminhar esta portaria para a Comissão de Saúde e Saneamento e para a Comissão de Constituição e Justiça.

O Ministério Público da Bahia, deputado Adolfo Viana, está pedindo providência ao Estado da Bahia para coibir a ação de optometrias por conta do risco sério de cegueira para a nossa população.

Está aqui a ação, de três ou quatro anos, do Ministério Público.

(Lê):- “É fato notório e incontroverso a atuação irregular dos optometristas na Bahia ao realizar atividades típicas da medicina, em especial, o exame de refração e adaptação de lentes de conato, prescrição de óculos.”

Isso adverte o ministério. Sabe por que isso deputado Adolfo Viana? Porque um paciente só procura um médico oftalmologista quando ele não enxerga. Mas é neste momento que fazemos o exame de fundo de olho; que fazemos a medida de pressão ocular; que diagnostica doenças.

O diagnóstico de doenças está no CID: miopia, hipermetropia, astenopia, presbiopia, astigmatismo. Muitas dessas patologias são causadas, inclusive, por doenças, ou seja, o paciente pode estar mais míope, deputado Rogério Andrade, porque tem catarata. Temos, na Bahia, cegueiras claras de glaucoma por não diagnóstico.

E o que eu faço aqui? Por que eu defendo? Eu defendo a saúde como um todo. E defendo ações de saúde que venham melhorar a vida da nossa população. Quando um consórcio de saúde tem a oferta de oftalmologia, você está resolvendo e criando maior acesso do paciente ao médico oftalmologista. Isso é o correto!

Outra coisa: a falta de oftalmologistas, muitas vezes, decorre do não credenciamento universal. Há médico, na cidade, que deseja se credenciar ao SUS mas não dá para ser credenciado, porque a saúde está no limite. O prefeito ou a prefeita está gastando com outras coisas que, para eles, são mais essenciais em virtude do perfil epidemiológico da sua população e das doenças. Eles não credenciam os médicos oftalmologistas.

Nós precisamos separar aqui. Esta deputada, jamais, jogará para a plateia ou defenderá o indefensável ou fará qualquer coisa que seja em detrimento da saúde da população por questões pessoais ou corporativas. Eu não cheguei aqui por conta disso.

Por isso, defendo os consórcios de saúde. Defendo a união de todos nós para que a informação chegue a nossos municípios. Devemos organizar esses consórcios o mais breve possível. Os primeiros consórcio, que se organizarem, serão os primeiros a ter as policlínicas. Não é só o local geográfico, mas quem se organizar primeiro.

Como é tudo novo, deputado Gika, temos de ir aprendendo com os erros e os acertos da população e com os erros e os acertos de estados da Federação como o Ceará, por exemplo. Há, também, o caso do Paraná. Temos de aprender com isso.

É importante entendermos que a saúde não tem dinheiro. Por quê? Não há dinheiro, porque a gente sempre defendeu os 10% da receita líquida para a saúde. Infelizmente, isso não passou. Temos de ter sugestões criativas de gestão compartilhada e de dinheiro novo. Olha o dinheiro novo aí!

Então, quanto ao consórcio saúde, eu estou otimista.

Quero ler para vocês...

O Sr. Adolfo Viana:- Um aparte, deputada. Com relação a isso. Só uma ação esclarecedor.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Não sei. Com a sua vênia, eu estou no Grande Expediente, não sei se é possível concedê-lo o aparte.

O Sr. Adolfo Viana:- Quero só parabenizar V.Ex^a pelo seu pronunciamento. E a título de esclarecimento, o consórcio de saúde é específico?

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Específico.

O Sr. Adolfo Viana:- Porque consórcios já existem. Será necessário criar um novo consórcio? Ou não seria mais viável já usar os consórcios existentes? Só para esclarecer.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Excelente pergunta. No caso da saúde, será um ordenamento jurídico próprio da saúde. Todo o consórcio anterior que disser a respeito à saúde cairá para a formatação de um novo consórcio. Os outros consórcios de infraestrutura serão e seguirão do jeito que está. Por quê? Este segue o modelo do Ceará para ter contratação. Para ter a contrapartida do Estado, há de ser um ordenamento jurídico novo, inclusive, com o projeto sendo encaminhado a esta Casa para que a gente vote.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputada, só para contribuir com o raciocínio de V.Ex^a. Os consórcios, sem sombra de dúvida, são uma grande ideia, qual seja, a de unir forças para poder atingir os objetivos.

Agora, observo, também, que falta um pouco de gestão na questão de infraestrutura com relação aos consórcios. Posso citar, aqui, por exemplo, o caso dos aterros sanitários, pois alguns consórcios entenderam ser mais viáveis; mas, no entanto, os lixões estão aí para provar que não funcionaram.

Então, no momento em que a gente criar um consórcio para a infraestrutura e outro consórcio para a saúde, será que a gente não vai estar dificultando uma gestão que já tem dificuldade?

Deputado Hildécio, V.Ex^a já deve ter participado.

Talvez fosse mais interessante unificar os consórcios para que eles aumentassem a condição de fazer a coisa dar certo. Por exemplo, um consórcio para infraestrutura e um consórcio para a saúde vão dificultar a relação entre eles? A gente

observa, deputada, que, na parte de infraestrutura, falta gestão aos nossos consórcios. A ideia é muito boa. Mas, na prática, a coisa não tem acontecido como gostaríamos.

Então, fica a ideia aí para, de repente, organizar uma coisa e unificar.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Acho pertinente a sua preocupação. Mas quero dizer que, neste caso específico, precisa um novo consórcio, porque haverá aporte novo. Temos 12 milhões. Uma policlínica de 12 milhões será construída com o dinheiro do Estado. O consórcio terá de ter a adesão dos municípios.

Vamos ter de rever as PPIs. V.Ex^a sabe muito bem que as PPIs estão defasadas há quase três anos e que a gente bota dinheiro lá no município tal e não recebe aquele serviço.

Por conta desse ordenamento jurídico para a saúde, e só é permitido pela lei, será um único consórcio numa área. Por isso, tem de se fazer um novo ordenamento.

Concordo em relação aos outros consórcios. Mas como não vamos receber um grande aporte mensal e não vão receber um dinheiro administrado pelo Estado, os 60%, com retenção de parte do ICMS, por isso tem de ter um ordenamento jurídico novo.

Mas concordo absolutamente que toda a gestão, e a gestão desses consórcios, mesmo sendo no novo modelo, a gestão tem de ser qualificada, porque é isso garantirá que aqueles 60%, dividido e rateado pelos municípios, não sejam um centavo a mais. Quando eu oferto mais, quando eu compro melhor, quando eu racionalizo, eu consigo oferecer o serviço. E, aí, deixa de ser custo para ser investimento.

Então, logicamente, terão essas dúvidas. Logicamente, a gestão terá de ter. Mas o ordenamento jurídico próprio é necessário, porque há coisas novas sendo feitas que não havia antes. E há a necessidade de se passar por esta Casa.

O Sr. Hildécio Meireles:- Um aparte, deputada.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Com a palavra, para um aparte, o deputado Hildécio Meireles.

O Sr. Hildécio Meireles:- Minha nobre deputada Fabíola, nobre deputado Adolfo, quero, também, dar a minha contribuição e concordar com o fato de que os consórcios da saúde, de fato, devem ser específicos.

Quanto à especificidade dos serviços de saúde, eu creio que exija dessa forma, até pela grande demanda, pela grande necessidade e pela precariedade pela qual a população baiana passa, e acho que, nesta oportunidade, a Secretaria da Saúde do governo do Estado deve aproveitar para repensar a política de regulação, que não tem se mostrado eficiente na prestação dos serviços públicos de saúde. Portanto, acho que, neste momento da instituição dos consórcios específicos da saúde, obrigatoriamente, tem de ser vista a questão da regulação.

Um exemplo prático: vamos imaginar que Santo Antônio de Jesus seja sede de um consórcio que vai envolver 10 ou 20 municípios do seu entorno e que, por acaso, 2 ou 3 desses 10 estejam regulados para outra cidade. Então, na medida em

que se vai ter a sede dos consórcios, eu creio, que essas regulações deverão ser voltadas para essas sedes dos consórcios.

Muito obrigado.

A Srª FABÍOLA MANSUR:- Obrigada. Eu vou concluir dizendo que essa regulação estará automaticamente sendo feita quando se revir a PPI e quando se regular especificando as cotas de exames e especialidades que você, no seu município, vai marcar, para ter atenção básica lá.

Acho que é, sim, uma oportunidade que temos. É lógico que primeiro precisamos fazer o ordenamento jurídico, ter a adesão dos prefeitos, botar para funcionar e ir pontuando aqui e ali.

(Não foi revisto pela oradora nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Com a palavra a deputada Fabíola Mansur para falar ou indicar orador.

A Srª Fabíola Mansur:- Sr. Presidente, no tempo do PP-PSL-PSB, falará o deputado Rogério Andrade por 11 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (REINALDO BRAGA):- Pelo tempo de 11 minutos falará o deputado Rogério Andrade.

O Sr. ROGÉRIO ANDRADE:- Sr. Presidente, nobre deputado Reinaldo Braga, Srs. Deputados aqui presentes, Srª Deputada Fabíola Mansur, gostaria, antes de adentrar o cerne do meu pronunciamento, dizer que a nobre deputada Fabíola chega a este Parlamento, sem sombra de dúvida, para engrandecê-lo.

Eu, ali, assistia ao seu pronunciamento, e confesso que fiquei impressionado com a desenvoltura como V.Exª discorreu sobre o tema que escolheu para falar, hoje à tarde, aqui na Assembleia.

Sinto bastante, nobre deputado Reinaldo Braga, que tenha, neste momento, de sair de um tema tão interessante para a Bahia e para os baianos para adentrar outro tema que a mim, de fato, me constrange um pouco. Mas não poderia deixar de, daqui desta tribuna, hoje à tarde, externar a minha solidariedade ao prefeito da cidade de Santo Estêvão, Orlando Santiago, ex-presidente da União dos Municípios da Bahia, professor universitário, prefeito de Santo Estêvão por 5 vezes, inclusive, na última, eleito no campo das oposições, conhecido por todos da classe política como um verdadeiro *gentleman*. É assim que o mundo da política e o povo de Santo Estêvão e da região conhecem o meu dileto amigo e prefeito Orlando Santiago. E, para minha tristeza, o nosso colega, ex-deputado estadual e hoje deputado federal, que eu respeito muito, tenho por ele até um afeto e carinho muito especial, usou dos veículos de comunicação deste Estado para atingir a imagem do prefeito Orlando Santiago, quando afirmou que o prefeito Orlando teria invadido a casa de um vereador do Município de Santo Estêvão para tentar agredi-lo, e, em seguida, ameaçá-lo de morte.

Quero, deputado Reinaldo, restabelecer a verdade sobre esse episódio ocorrido em Santo Estêvão. E qual é a verdade? A verdade é que nós – e, aqui, vejo

como os deputados da Oposição do Estado da Bahia ora atua, como assim deve ser também nas câmaras municipais e na Câmara Federal, ou seja, os vereadores e deputados – não têm o direito de usar a tribuna para agredir pessoalmente a figura de quem quer que seja.

Vejo a forma como a Oposição, liderada pelo deputado Sandro Régis, tem atuado nesta Casa. Coloca as coisas com muita propriedade, com muita lucidez. Em momento algum baixa o nível do debate neste Parlamento. Enquanto que no Município de Santo Estêvão, o Sr. Vereador João do Saco, como é conhecido por todos daquele município, vem, há 2 anos e 3 meses, usando a tribuna da Câmara de Vereadores para atingir a figura do prefeito Orlando Santiago, como já disse, respeitado por toda a Bahia.

Ele o chama de ladrão e diz que todos os seus secretários são ladrões, sem formalizar sequer uma só denúncia. Nunca formalizou uma denúncia ou em algum momento disse porque o prefeito Orlando Santiago é desonesto. Apenas usa a tribuna sistematicamente, há 2 anos e 3 meses, para tentar atingir a figura, a moral e a honra de um dos prefeitos mais renomados, que têm uma das mais belas histórias do interior do Estado da Bahia.

Orlando dispensa qualquer tipo de comentários. É uma pessoa que vai marcar, deputado Reinaldo, a minha trajetória política. Durante a nossa caminhada existem pessoas que marcam a nossa vida. Tive a honra, por exemplo, de conviver muito tempo com um advogado que serviu a esta Casa, Dr. Valfredo Tales de Amorim Souza, que foi um grande exemplo para mim durante a minha trajetória política. No campo da política, Orlando tem sido um exemplo a cada dia, porque é um professor que ensina não só aos seus alunos em sala de aula, como é, também, um grande professor na vida pública. Ele ensina a alguns prefeitos, que recorrem aos seus ensinamentos, como administrar.

Desta maneira, nobre deputado Reinaldo Braga, que hoje preside esta sessão, não poderia deixar de vir a esta tribuna hoje, à tarde, para restabelecer a verdade dos fatos. O prefeito Orlando, depois de 2 anos e 3 meses sendo agredido por esse Sr. Vereador, resolveu, na última semana, procurar o vereador em sua residência para tentar, como é praxe durante sua vida, estabelecer um diálogo, buscar um meio termo.

O vereador não se encontrava em sua residência, lá estavam o irmão e a esposa do vereador. O prefeito apenas perguntou para a esposa do vereador onde o mesmo se encontrava, porque precisava conversar com ele. Esse, em uma tentativa desesperada de criar um fato político, como criou, dirigiu-se até o complexo policial local e registrou uma *delatio criminis* contra o prefeito Orlando Santiago.

O prefeito, hoje, à tarde, reuniu seus advogados para processar – aí, sim, com elementos para isso – o vereador que o acusou injustamente e que tenta a todo custo denegrir uma imagem construída com muitos anos de luta, de trabalho, de dedicação aos baianos e, sobretudo, ao povo da Cidade de Santo Estêvão, que tanto o admira, e a admiração é tamanha que o fez por cinco vezes prefeito daquela terra. E os outros prefeitos da Bahia, em respeito à figura que Orlando construiu durante toda a vida o

escolheu para ser o presidente da União dos Prefeitos do Estado da Bahia , em um determinado momento, e em outro o convidou para retornar à UPB, mas ele declinou do convite, porque achava que aquele era o momento de dar oportunidade a outros prefeito da Bahia de também presidir a União dos Prefeitos da Bahia.

Quero agradecer a V.Ex^a pela tolerância bem como à deputada Fabíola pelo tempo que ora nos concede, e deixar registrada a minha indignação hoje, nesta tarde, nesta tribuna.

Muito obrigado, nobre presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- O deputado Rogério Andrade usou quase o tempo todo, mas ainda faltam 2 minutos. V.Ex^a, deputada Fabíola, indica alguém?

A Sr^a Fabíola Mansur:- Falará, então, o deputado...

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo, pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobres colegas deputados e deputadas, todos que nos assistem, assumo brevemente a esta tribuna para fazer dois registros importantes. O primeiro foi a posse do diretor-geral do campus da Universidade Federal da Bahia, em Vitória da Conquista, na sexta-feira passada. O professor Orlando Caires assumiu a direção do Instituto Multidisciplinar de Saúde, que equivale uma espécie de campus da Ufba em Vitória da Conquista. Foi um evento bastante concorrido, com a presença do magnífico reitor da Ufba, professor João Carlos, e toda a equipe do professor Orlando. Estivemos lá, Sr. Presidente, em função de uma parceria histórica que tivemos ao longo de nossas vidas com a Universidade, e, depois, quando gestor de Vitória da Conquista, eu contribuí ao lado de outros companheiros para a implementação do campus da Ufba, hoje funcionando com seis cursos de graduação e dois cursos de pós-graduação e já agora no mês de julho o curso de Medicina, com 80 vagas, inicialmente com 45 vagas, já para o início deste ano. Foi com muita alegria, portanto, que compareci. Em parceria que temos também com o deputado federal Waldenor Pereira, estamos alocando recursos para a consolidação do campus de Vitória da Conquista em direção à independência pela qual estamos lutando, para em seguida, termos a Universidade Federal do Sudoeste da Bahia.

Gostaria, também, Sr. Presidente, de dizer da alegria que tive ao visitar a exposição agropecuária de Vitória da Conquista. A abertura foi na sexta-feira. Não pude comparecer àquele momento em função de um problema de saúde de um familiar que eu estava resolvendo, mas compareci ao longo do dia de sábado e ontem pela manhã. Quero parabenizar o presidente da cooperativa, Jaimilton Gusmão e toda a sua diretoria; os movimentos sociais, que, através da agricultura familiar estão presentes naquela feira e, naturalmente, os produtores do Sudoeste da Bahia, que,

sem dúvida, são a força viva daquela exposição agropecuária.

Portanto, quero deixar aqui a minha solidariedade, o meu apoio e os meus cumprimentos ao presidente da Coopmac, engenheiro agrônomo Jaimilton Gusmão.

Também dizer, Sr. Presidente, que apesar do cenário naturalmente desafiador em que estamos vivendo, a cada dia que andamos no Sudoeste da Bahia, nas pequenas e médias cidades, assistimos a força do homem do campo, a força do homem caatingueiro, com seu trabalho enfrentando as dificuldades e, sobretudo, mesmo com esses desafios, comemorando e demonstrando a energia do Sudoeste da Bahia que hoje é uma das regiões que mais se desenvolve no interior do Nordeste, sobretudo Vitória da Conquista, como cidade-polo, mas tendo ali logo adiante Brumado, que se desenvolve, e, mais em seguida, naquele eixo do São Francisco, Guanambi e Caetité.

Por isso, estamos cada vez mais convencidos de que vamos enfrentar essa crise econômica e vamos permanecer trabalhando, investindo, para que o Sudoeste da Bahia seja, cada vez mais, uma região bem desenvolvida, com justiça social e com progresso.

Eram essas as nossas considerações. Agradeço-lhe pela oportunidade e boa-tarde a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Com a palavra o nobre Líder da Minoria ou do Bloco Parlamentar PSDB-PRB-PSC para falar ou indicar orador.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, por 6 minutos falará o deputado Augusto Castro e por 5 minutos, o deputado Carlos Geilson.

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Com a palavra o deputado Augusto Castro por 6 minutos.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Sr. Presidente, deputado Reinaldo Braga, Sr^{as} e Srs. Deputados, venho à tribuna desta Casa, na tarde desta segunda-feira, para trazer, deputada Fabíola, uma situação que atinge todo o Estado da Bahia, principalmente as regiões Sul, Sudoeste e Oeste da Bahia, que são as demissões que estão acontecendo na Ferrovia de Integração Oeste-Leste. Ferrovia que é a joia do PAC do governo federal. Ferrovia que vai trazer o desenvolvimento e a infraestrutura para um Estado tão importante do Nordeste, como o nosso Estado da Bahia. Ferrovia que liga o litoral sul da Bahia a Figueirópolis, em Tocantins, com uma extensão de 1.500 quilômetros, prevista no PAC. Obra esta coordenada pelo Ministério dos Transportes, através da Valec.

Esta Casa tem dado a sua contribuição a esse projeto que vai mudar a cara e a economia da Bahia. Mas é com muita tristeza que a Bahia assiste às demissões que estão acontecendo do lote 1 ao lote 6. Demissões que têm gerado, realmente, uma tristeza muito grande para aquelas regiões, que, economicamente, dependem dessa obra para o desenvolvimento do Sul, Sudoeste e Oeste da Bahia.

O governo federal cortou os recursos dessa importante obra. A ferrovia que vai ligar o Porto de Ilhéus, no projeto intermodal, que trará o desenvolvimento da região Sul da Bahia, é muito importante. Inclusive esta Casa deve se manifestar acerca dessas paralisações.

Outro movimento, através do sindicato da construção pesada da Bahia, que está aí, numa discussão nacional, é a paralisação das obras do Estaleiro de Maragogipe. Assisti ao pronunciamento do deputado federal Bebeto Galvão, do PSB, da região de Ilhéus, falando exatamente dessas demissões. Precisamos nos mobilizar nesse sentido, é uma obra orçada em R\$ 6 bilhões, que levará ao desenvolvimento deste Estado.

O governo federal tratou essa obra, no primeiro momento, como prioritária. Essa obra precisa ser tratada com urgência por parte da Valec. Inclusive, a Comissão da Ferrovia de Integração Oeste-Leste fez o convite ao presidente da Valec na Bahia.

A população da Bahia está assustada pela quantidade de desemprego, de demissões que estão acontecendo nos canteiros. Hoje são quase 6 mil trabalhadores que dependem do dia a dia dessa economia. O Porto Sul, em Ilhéus, está aguardando o Ibama liberar as condicionantes, está aí andando a passos de tartaruga! A ferrovia, que tem 38% da obra concluídos, vem agora com essas demissões para sustar a economia da Bahia e o Nordeste inteiro! Uma obra que o governo federal diz que é prioridade no PAC, deputado Adolfo Viana!

Peço a esta Casa uma mobilização no sentido de o governo federal retomar essa importante obra para a Bahia. A logística da Bahia depende do Porto Sul. O minério está na região Oeste, a soja está na região Oeste, e o litoral precisa da implantação do intermodal e do Porto Sul. Mas o governo federal está aí tentando encontrar caminhos, porque todos os consórcios responsáveis por essa obra sabem que o governo não está repassando esses recursos, deputado Pedro Tavares.

Peço a esta Casa mobilização, juntamente com a Câmara federal. Uma frente em defesa dessas obras importantes para a Bahia, tanto o estaleiro de Maragogipe como o Porto Sul e a Ferrovia de Integração Oeste-Leste. Acho que o TCU tem feito sua parte. A obra paralisou-se em alguns trechos e retomou a normalidade junto ao Tribunal de Contas da União, mas o governo federal não está dando a prioridade necessária para essa importante obra da Bahia, essa obra que vai gerar empregos e aquecer a economia de todas as regiões nas quais tem o traçado. Espero contar, sim, com os deputados federais Jutahy Magalhães, Antônio Imbassahy, João Gualberto e tantos outros deputados que defendem a Bahia, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Concedo um aparte a V.Ex^a, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Augusto Castro, gostaria de parabenizar V.Ex^a pelo belíssimo pronunciamento em defesa do Sul da Bahia. V.Ex^a, que tem toda uma história de lutas em defesa do Sul, principalmente, da sua querida cidade de Itabuna.

Acho que V.Ex^a, hoje, chama a atenção dos governos estadual e federal para um problema gravíssimo, e já relatávamos aqui na semana passada que, nas propagandas do Partido dos Trabalhadores, a Ferrovia Oeste-Leste, o Porto Sul e tantas outras obras já apareciam como concluídas, inclusive, em pleno funcionamento. V.Ex^a chama a atenção desta Casa e chama também a atenção do governo do Estado e do governo federal. V.Ex^a está de parabéns, faz jus a tantos votos que teve nas eleições de 2014. Tenho certeza de que o Extremo Sul e o Sul da Bahia estão satisfeitos com sua atuação em defesa do povo de Itabuna e do Sul da Bahia. Parabéns, deputado.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Agradeço o seu aparte, deputado Adolfo Viana.

Para concluir, Sr. Presidente, a descrença, na região do cacau e nas regiões Oeste e Sudoeste da Bahia, é grande. Acho que esta Casa, deputado e Líder Zé Neto, tem de fazer algo para que essas obras do estaleiro, da ferrovia e do Porto Sul retomem a normalidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Com a palavra o Líder da Maioria e do Governo para falar ou indicar orador no tempo do Bloco Parlamentar PDT-PCdoB-PR.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Indico o nobre deputado Zé Raimundo por 6 minutos e depois eu falarei por 5 minutos, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo por 6 minutos. Em seguida, a deputada Fabíola Mansur por 5 minutos.

(Srs. Deputados falam fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):-V.Ex^a tem razão. Ainda faltam 5 minutos. Com a palavra o deputado Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, deputado Reinaldo Braga, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, amanhã usarei esta tribuna, se Deus quiser, para me pronunciar a respeito do nosso futuro político, da nossa posição, do nosso destino, depois de amadurecimento, de reflexões, mas isso vamos falar na sessão de amanhã.

Subo a esta tribuna para trazer um tema que não é usual nesta Casa, mas nós, que somos baianos e que vivemos a efervescência do esporte maior, o futebol, aqui em nosso Estado, essa paixão do baiano, não poderia me furtar de emitir a minha opinião sobre o momento crítico que vive o Esporte Clube Vitória.

Quero deixar a minha posição como torcedor, amigo do presidente Carlos Falcão, e dizer, que nós, rubro-negros, não aguentamos mais. É necessário agora – o momento é de união – que todos os rubro-negros, sendo de situação ou oposição, deem as mãos para que possamos construir uma história digna desse clube, não se aguentam mais tantos vexames, contratações equivocadas, jogadores superados,

jogadores que não encarnam a mística rubro-negra. Eu trago este tema a esta Tribuna para dizer ao meu amigo Carlos Falcão - que procurou dar o melhor de si, mas os erros aconteceram - que tenho convicção de que os erros não foram cometidos por má-fé, por negligência, os erros foram cometidos na tentativa de acertar. Mas a família rubro-negra pede um basta.

Apelo para que o presidente Carlos Falcão, que, do alto da sua grandeza, sem nenhum reparo a sua condição se assim agir, renuncie ao cargo de presidente. Tentou-se fazer o melhor. Observo que os equívocos aconteceram quando se tentava acertar, mas ele não teve sorte. É o que se diz no futebol: “não deu liga”. O presidente Carlos Falcão não foi feliz.

A gente faz um retrospecto e vê uma campanha pífia, ridícula em 2014: eliminação na Copa do Nordeste, fracasso no Campeonato Baiano, segunda divisão no Campeonato Nacional, desclassificação na Copa do Brasil. Então a gente deu um voto de confiança, de que em 2015 seria diferente. E o ano começa, e vêm as contratações de jogadores superados: Neto Baiano; Jorge Wagner; e outros e outros que não têm a mínima condição de vestir a camisa. Alguns aí até podem fazer parte do elenco como bons reservas, mas essas contratações não dizem respeito a este momento no qual a torcida está cobrando e exigindo um clube forte para poder voltar ao seu lugar, que é a primeira divisão.

Portanto acho que o presidente Carlos Falcão, se tomar hoje a atitude de renunciar, vai ter ainda mais a minha admiração, vai mostrar que não tem apego ao cargo, e sim apego a esse clube, com essa grandeza, com essa magnitude. E peço que, neste momento, estejamos todos unidos e que o ex-presidente Alex Portela entenda que voltar a comandar esse clube pode ser um sacrifício, mas é um sacrifício que nós precisamos neste momento. A família rubro-negra clama pela volta de Alex Portela. Quanto ao presidente Carlos Falcão, entendo que não lhe faltou dedicação, não faltou empenho, simplesmente ele não acertou: fez contratações açodadamente, dispensou um técnico, demitiu Ricardo Drubs, não houve uma contratação imediata e traz agora um técnico que não ainda tem um grande currículo no futebol nacional e pega o clube, no final de semana, contra o Colo-Colo. Há equívocos e mais equívocos. Entendemos que é hora de mudar. Não há nenhum desmerecimento em renunciar, Carlos Falcão. Pelo contrário, você vai mostrar grandeza e amor a este clube.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Deputada Fabíola Mansur, V. Exa indica no tempo do Bloco Parlamentar PDT/PCdoB/PR o deputado Zé Raimundo por 6 minutos; depois, V. Ex^a falará por 5 minutos, não é isso?

A Sr^a. Fabíola Mansur:- Isso, Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo por 6 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, retorno a esta tribuna para tecer

breves comentários sobre alguns fatos e acontecimentos da nossa região. Eu gostaria de fazer um apelo aos nossos amigos da Casa Civil do governo do Estado. Já estive com o professor Osvaldo Barreto, secretário da Educação, e também com a diretoria da Coelba solicitando que uma comunidade lá no município de Malhada, na beira do São Francisco, seja contemplada com a ligação de energia elétrica para uma escola. Ela foi inaugurada há mais de um ano. Infelizmente o governo solicita, mas a Coelba insistentemente não atende a esse pedido. É um colégio de nível médio e funciona com cursos através de intermediação. São cursos médios, cursos de 2º grau com intermediação tecnológica.

É uma bela escola que está há mais de um ano fechada. e as comunidades vêm apelando, solicitando. Então, em nome do prefeito Dr. Gimmy e do vereador Jorge Aragão, solicito o empenho da Coelba para que urgentemente tome providências, pois há mais de um ano essa escola está pronta e os alunos ainda tendo aulas em espaços não adequados. Por isso, têm sido prejudicados na sua aprendizagem.

É um apelo que faço para que possamos atender de forma prioritária. Trata-se, inclusive, de comunidade de quilombolas, que tem prioridade nos programas governamentais. Também por essa razão, não se justifica que a escola fique sem a infraestrutura necessária ao seu funcionamento.

Gostaria também de dizer que hoje, em Vitória da Conquista, está se iniciando um novo período, um novo tempo para os pequenos comerciantes da economia popular. Já foi formalmente inaugurado o Centro de Economia Popular, mas só a partir desta segunda-feira foi efetivamente aberto. Mais de 320 famílias de pequenos produtores estão lá instaladas de forma decente e legalizada para poderem melhor desenvolver suas atividades econômicas.

Esse Centro de Economia Popular foi uma ação do governador Jaques Wagner, através de uma solicitação do nosso mandato. Em parceria com a Prefeitura de Vitória da Conquista, viabilizou-se essa grande obra no valor de quase 5,5 milhões de reais. Por isso, gostaria de parabenizar a todos os pequenos e médios comerciantes daquela área do entorno do Centro de Economia Popular que serão beneficiados por todo esse dinamismo econômico.

Trago também aqui, Sr. Presidente, um breve registro sobre uma audiência que teremos amanhã em Brasília, juntamente com o deputado federal Waldenor Pereira e os prefeitos companheiros Edcarlos, de Maetinga, Sueli, de Piripá, Márcio, de Tremedal, Léo, de Jânio Quadros, Vavá, de Cordeiros, Guto, de Condeúba, e Gil Rocha, de Guajeru. Todos eles e nós estaremos lá com o ministro da Integração Nacional para o debate e para fazer o acompanhamento de uma demanda histórica, a barragem do Rio Gavião, nas imediações da chamada barragem de Morrinho. Os estudos já estão feitos, já há todo um planejamento técnico. Agora faltam, naturalmente, as decisões de recursos e de uma efetivação desse projeto no âmbito do Ministério da Integração Nacional.

Essa obra irá definitivamente resolver um grande problema para muitos

daqueles municípios, principalmente Jânio Quadros e Maetinga, Sr. Presidente. É uma obra que já vinha sendo contemplada e reivindicada por outras lideranças, outros prefeitos em outros momentos. O então governador Jaques Wagner assumiu esse compromisso. E agora a CERB, a Embasa e o Ministério da Integração Nacional, são três órgãos que vêm trabalhando conjuntamente e estão tentando viabilizar a obra. Por isso, amanhã estaremos em Brasília em audiência com o Sr. Ministro da Integração Nacional.

Essa audiência foi implementada, solicitada e vai ser coordenada pelo deputado federal Waldenor Pereira para que possamos, efetivamente, dar uma grande resposta ali, em termos de abastecimento de água para toda aquela região.

Por isso eu gostaria, mais uma vez, de parabenizar o extraordinário programa que se chama “Água para Todos”, que é um programa feito numa parceria do governo do Estado com o governo federal, e que leva água para as pequenas comunidades, com poços artesianos, com sistema simplificado de água, mas, também, com adutoras, construção de pequenas barragens, médias barragens, grandes adutoras, como a adutora do algodão, que trouxe água do São Francisco, até agora já em Caetité, e que vai levar também até Rio D'Antonio e Lagoa Real.

Por isso, é com muita satisfação que estaremos amanhã nessa audiência com muita expectativa, Sr. Presidente.

Esse era o eixo da nossa intervenção, neste segundo período que assumimos aqui esta tribuna.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Com a palavra a deputada Fabíola Mansur, pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Sr. Presidente, retorno a esta tribuna, mais uma vez, hoje, para falar da excelente sessão que tivemos, a sessão solene em homenagem ao dia internacional da mulher, presidida conjuntamente por mim e pela deputada Luiza Maia.

Estiveram, nesse plenário, milhares de companheiros e companheiras do movimento feminista, de vários partidos da Academia, e homenageou a professora Analice Costa, uma mulher que tem uma história de luta pautada pelo enfrentamento à violência doméstica, pela participação da mulher na política, por reforma política que desde a época em que escreveu um livro, em 1988, “as Donas no Poder – A Mulher e a Política na Bahia”, já fazia esse discurso da necessidade de maior participação das mulheres na política.

Foi uma sessão brilhante, debatemos sobre reforma política, falamos sobre o acordo que há no Senado, da Bancada feminina, sobre a PEC 23/2015, de autoria da senadora Vanessa Grazziotin, onde lá reza que poderíamos, ao votar essa PEC, garantir 30% das vagas existentes para mulheres, e a cada 04 anos 5% a mais até chegarmos a 50%, como forma de corrigir, historicamente, a sub-representatividade

das mulheres. E eu espero que esta Casa, através da sua Bancada que eu saúdo, através de todos os representantes da Comissão da Mulher, possa fazer a defesa.

O segundo motivo que me traz é para saudar todos os itajibenses, o município de Itagibá que através do presidente do nosso partido lá, o Paulo, e dos vereadores Inho Baiano e Val de Beto, deram um voto de confiança a essa deputada, e estive recebendo o carinho, a hospitalidade de inúmeras lideranças de Acaraci, de Tapiragi, Japumerim, da Portelinha, conversando com feirantes e comerciantes, no sentido de colocar esse mandato à disposição do município de Itagibá.

Fizemos uma visita de cortesia ao prefeito Marquinhos, e aqui temos vários deputados que lá, como eu, estarão militando, como é o caso do deputado Fabrício, como é o caso do deputado Leur Lomanto Júnior. Estive com o presidente da Câmara daquele município, e lá sugeri um pacto de todos os deputados em defesa de Itagibá, nas suas questões de saúde. Falamos sobre o consórcio de saúde, falamos sobre a despoluição do Rio do Peixe, falamos sobre a questão dos feirantes, enfim. Eu acho que política com P maiúsculo é aquela que a gente chega, se elege, representa o município e usa todas as forças necessárias para o progresso daquele município, daquele povo que tão bem me recebeu e que agora está na hora de eu retribuir esse carinho com trabalho, Sr. Presidente.

Quero aqui, também, me associar às palavras do deputado Augusto Castro, quando, em defesa dos trabalhadores, não só do Porto Sul, das ferrovias, tanto das ferrovias quanto do estaleiro. Temos o deputado Beбето Galvão, deputado federal que foi ex-presidente do Sintepav, lá a preocupação, desde o início do seu mandato com o impacto negativo que teremos com essa crise na Bahia.

Recentemente, na *Folha de São Paulo*, se não me engano no sábado, nós temos que dos estados onde mais vai haver demissões, a Bahia é o primeiro estado com expectativa, e Deus queira que não aconteça, de 80 mil demissões. Isso é uma coisa, por si só, para nós, deputado Augusto Castro, lá na Comissão presidida pela deputada Ivana Bastos, irmos até o governo federal, trazermos, como V.Ex^a sugeriu, o presidente da Valec, mas, sobretudo, fazendo uma frente de enfrentamento, porque as famílias estão em desespero. No estaleiro Paraguaçu, muitas pessoas, pescadores que eram, estimuladas pelas novas frentes de trabalho, saíram dos seus postos de pesca para trabalharem no estaleiro e, hoje, estão demitidas porque a contrapartida federal não está sendo paga. E é importante que tratemos desse assunto na comissão o mais breve possível porque o caos vai se instalar nesses municípios que têm tantos demitidos – tanto da ferrovia, como do estaleiro, quanto das obras do Porto Sul.

Com a sua tolerância, também quero me associar às palavras do deputado Zé Raimundo parabenizando Orlando Caires e parabenizando Conquista pelo seu segundo curso de Medicina – um estadual e agora outro federal. Certamente, numa cidade de grande porte como Conquista cabe uma nova faculdade. Esperamos que, em breve, tenhamos um corpo acadêmico de professores, porque não adianta termos a faculdade, temos que ter um corpo acadêmico a altura para formar grandes médicos os quais, certamente, mudarão a cara da saúde naquela região.

Obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):-Com a palavra o Líder da Minoria ou o Líder do PMDB para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, falarei pelo tempo de 6 minutos e o deputado Luciano Ribeiro por 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Com a palavra Sandro Régis, Líder da Minoria, pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da *TV Assembleia*, hoje, ao lermos todos os jornais da Bahia vimos que eles só falavam em aumento.

A sociedade baiana não irá suportar, deputada Fabíola, tantos aumentos como os jornais anunciaram. A capa do jornal *A Tarde* de hoje trata da questão da inspeção veicular. Veículo depois de 5 anos de uso sairá de 35,80 e o Detran irá cobrar 80 reais. Isso é um absurdo que estão fazendo com a população do nosso Estado.

Como diz o ditado: *Além da queda, o coice*, se já não bastasse o aumento do combustível – porque a Bahia irá receber o troféu do combustível mais caro do Brasil–, o Detran agora sai de 35,80 para 80 reais. E o pior, deputado Fábio Souto, V.Ex^a trouxe esse assunto ao plenário, quando se vai ao Detran e o Detran não consegue localizar, ele direciona para uma terceirizada, e a terceirizada lhe cobra mais 150 reais para fazer o serviço.

Não é possível! Essa conta não fecha. Tem alguma coisa errada aí. Não é possível, deputado Reinaldo Braga, que essa Casa seja omissa a uma agressão ao povo da Bahia. O povo da Bahia, Líder Luciano, vai parar de andar de carro. O cara não vai ter dinheiro nem para abastecer, quanto mais para fazer a sua vistoria. Você sair de R\$35,80 para R\$80,00, quero saber qual é a matemática disso, o que é que justifica esse aumento de 125%. Enquanto o funcionalismo público estadual já perdeu as esperanças de ter, pelo menos, o reajuste inflacionário, porque nem isso o governo quer dar. O projeto era para estar aqui desde o dia 6 de janeiro, o governador fala o seguinte: “Eu sou responsável, para não atrasar a folha” e desconversa. Mas para aumentar a gasolina, para aumentar a vistoria do Detran, aí não existe responsabilidade.

Quero ver como esta Casa irá se portar, se esta Casa irá aceitar passivamente um aumento abusivo desse. Deputada Fabíola Mansur, como é que V.Ex^a vai olhar para seu amigo, seu parente, numa roda social? Eles dirão: Mas, deputada, votamos em V.Ex^a para nos defender, e o seu governo, além de aumentar a gasolina, também está aumentando a vistoria do Detran? Deputada, foi para isso que votamos em V.Ex^a? Aí quero ver como os deputados governistas vão se defender perante a sociedade.

Porque para o povo do PT está bom! O povo do PT tem tudo! O governo dá

tudo ao povo do PT! Então, o povo do PT tem mais é que aceitar esse abuso com a sociedade, porque os melhores cargos são do PT, os benefícios são do PT! E a base aliada é muito boa para dividir com o governo o repúdio da sociedade. Está difícil para os políticos. Nós, políticos, estamos ficando numa situação difícil, mas V.Ex^{as}, da base do governo e aliados ao PT, estão muito piores do que todos nós.

E aí, deputado Adolfo, quero ver o nobre Líder, deputado Reinaldo Braga, um dos deputados mais experientes desta Casa, mais equilibrado, mais comedido, quando descer o elevador do seu prédio e seu vizinho olhar para ele e falar: Mas, Reinaldo, votei em você, confiei em você, para você compactuar com a gasolina mais cara do Brasil? E, não satisfeito, o Sr. Governador pegar a vistoria e elevar de 35 para 80 reais? Muito obrigado, Reinaldo, é assim que você agradece o voto.

E assim será com todos os parlamentares quando saírem nas ruas, porque o povo não aguenta mais. Tenho consciência de que as coisas estão difíceis para a classe política, mas, para os deputados que dão apoio a esse tipo de coisa, cuidado ao andar na rua.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, funcionários, assistimos, na semana passada, um fato preocupante em nível do Brasil. O ministro da Educação foi ao Congresso Nacional e lá tratou os nossos pares, os parlamentares, aquela Casa Legislativa, com uma descompostura, de uma forma imoral e desrespeitosa. O Poder Legislativo é um Poder que, na minha opinião, deveria ser o mais forte entre os três. Por quê? Porque é aqui que se fazem as leis, é aqui que se dá régua e compasso à sociedade. Mas a minha tristeza foi maior, porque vi, no sábado, que o ministro Cid Gomes fez escola. E fez escola aqui, na Bahia, quando o governador Rui Costa, querendo pautar esta Casa, e mais ainda, querendo pautar a conduta da Oposição nesta Casa, livre, ativa e independente, quis nos ensinar a fazer oposição e determinar o que nós, opositores, lêssemos. Ler onde, governador? Em sua cartilha? Não! A Oposição, aqui, não lerá a sua cartilha, governador, porque ela é ininteligível, é indecifrável, é a cartilha que destruiu a Bahia, é uma cartilha que não tem respeito com o baiano, que não respeita os servidores públicos, que têm sua data-base em janeiro e até a presente data, governador, nem sequer uma satisfação o senhor deu a esta Casa e aos servidores.

Não leremos a sua cartilha indecifrável e ininteligível, porque não aceitamos o que ela diz sobre ficarmos calados frente ao descalabro da saúde pública da Bahia; não leremos essa cartilha indecifrável e ininteligível porque não aceitamos e não nos calaremos ao vermos o estado caótico em que se encontra a segurança pública na Bahia. Não nos calaremos e não leremos essa cartilha, Rui Costa, porque não aceitamos que obras no valor de R\$ 3 bilhões sejam paralisadas na Bahia.

Assim não o faremos porque fomos eleitos para aqui trazermos a esperança de

uma Bahia diferente, uma Bahia em que os parlamentares não tenham cartilha para ler, uma Bahia em que os parlamentares tenham, sim, como único objetivo de defender os seus ideais, defender os ideais do povo pelo qual foi eleito.

Deputado Adolfo Viana, ainda quer o aparte?

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado, eu não vou querer o aparte. O seu discurso está tão brilhante que vou preferir continuar ouvindo V.Ex^a.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Para concluir, quero dizer que a descompostura do governador foi dirigida à Oposição, mas todos nós devemos exigir que este Parlamento seja respeitado como um Poder independente e harmônico, mas respeitado. Não se pode, aqui, calar o Parlamento. Deve-se, sim, trazer a esta Casa as discussões.

Aqueles que se dizem democratas, mas que não aceitam, não sabem ouvir as críticas, não sabem e não aceitam as proposições não podem ser democratas, não podem ser governantes. Nós, da Oposição, não podemos nos calar, por isso cartilhas aqui não terão vez.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Com a palavra o nobre Líder da Maioria ou o do Bloco Parlamentar PTN/PROS/PRP para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Zé Raimundo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Questão de ordem do deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo:- Sr. Presidente, gostaria de que V.Ex^a observasse o Regimento no que diz respeito à presença de deputados para a continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- V.Ex^a será atendido.

Há no Plenário 15 Srs. Deputados, portanto, número insuficiente para a continuidade da presente sessão. Por isso a declaro encerrada.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*